

FAZERES DOCENTES E OS DIFERENTES REGIMES DE VISUALIDADE NAS ESCOLAS

LUCIANA VELLOSO DA SILVA SEIXAS (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UERJ)).

Resumo

Tendo em vista os crescentes incentivos por parte das instâncias governamentais ao uso das novas tecnologias nas/pelas escolas, este trabalho busca refletir sobre saberes docentes que são produzidos para lidar com estas demandas. Busca-se então apresentar algumas reflexões com base nos depoimentos de professores/as de uma escola da rede municipal do Rio de Janeiro, que exemplificam como estes/as lidam com a inserção das inovações tecnológicas no cotidiano escolar, no intuito de valorizar e compreender as práticas desenvolvidas. Especificamente nesta pesquisa, destacam-se as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME/RJ), que tem investido nos espaços dos Laboratórios de Informática e das Salas de Leitura, de forma a viabilizar atividades que agreguem múltiplas linguagens. Nas práticas docentes observadas, destaco as estratégias de [re]criação em que se hibridizam novas tecnologias de informação e comunicação, mais associadas a uma suposta "Era das Mídias Eletrônicas", com recursos mais tradicionais atrelados a um determinado modelo de escolarização e racionalidade característicos da época Moderna. Os diferentes regimes de visualidade que perpassam a formação do leitor contemporâneo têm suscitado questionamentos ao professorado, sobre como lidar com a pluralidade de textos e hipertextos. Um dilema que se coloca tem sido o desigual acesso ao universo digital, que se traduz em turmas de alunos/as que oscilam entre níveis diferenciados de oportunidades para utilizar essas novas tecnologias fora da escola. Nesse sentido, dialogar e negociar com estas especificidades são questões de relevância para os/as professores/as na contemporaneidade, vistos como "mediadores preferenciais" entre os recursos tecnológicos e o corpo discente.

Palavras-chave:

práticas docentes, novas tecnologias, regimes de visualidade.

Tendo em vista os crescentes incentivos por parte das instâncias governamentais ao uso das novas tecnologias nas/pelas escolas, este trabalho busca refletir sobre saberes docentes que são produzidos para lidar com essas demandas. Busco então apresentar algumas reflexões com base nos depoimentos de professores/as de uma escola da rede municipal do Rio de Janeiro, que exemplificam como estes/as lidam com a inserção das inovações tecnológicas no cotidiano escolar, no intuito de valorizar e compreender as práticas desenvolvidas.

Especificamente nesta pesquisa, destacam-se as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME/RJ), que tem investido nos espaços dos Laboratórios de Informática e das Salas de Leitura, de forma a viabilizar atividades que agreguem múltiplas linguagens.

Os Laboratórios de Informática fazem parte dos Projetos da Rede Municipal de Ensino, que com essa informatização tem desenvolvido vários projetos na área, com destaque para o

Programa de Informática Educativa. A proposta envolve montagem e implantação de Laboratórios de Informática nas Escolas Municipais e capacitação em Informática dos professores da Rede, proporcionando aos alunos acesso às tecnologias da computação e auxílio na parte pedagógica.

O Programa de Informática Educativa, lançado em setembro de 2001, teve como objetivo inserir em todas as Unidades Escolares que compõem a Rede no contexto das novas tecnologias da comunicação e informação. Além da instalação de infra-estrutura física e lógica nas escolas, o programa prevê a capacitação de professores e o desenvolvimento de metodologias específicas, em consonância com as propostas do Núcleo Curricular Básico Multieducação. Pressupõe-se a incorporação dos Programas e Projetos relacionados à área, já existentes na Rede, tais como as Salas de Leitura Pólo e seus respectivos Núcleos de Mídia, os Pólos de Educação Pelo Trabalho, os Laboratórios do PROINFO (Programa de Informática do Governo Federal), além dos laboratórios de informática instalados nas escolas, por iniciativa própria e/ou através de parcerias[1].

No que diz respeito às Salas de Leitura da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro, o documento oficial[2] que atualmente rege o funcionamento das mesmas distingue estes docentes como responsáveis pela gerência dos recursos mídia-educacionais e pela divulgação dos produtos da empresa Multirio junto aos demais docentes. Nesse sentido a função acaba demandando destes profissionais um determinado perfil que merece uma investigação quando nos indagarmos sobre os usos e não-usos das TICs[3] e a implementação das orientações do Departamento de Mídia e Educação da SME e da Multirio, instâncias locais que mais fortemente têm impulsionado o trabalho com mídia e educação nas escolas da rede.

As Salas de Leitura se incluem nos Programas Pedagógicos da SME, sendo considerados espaços privilegiados para o desenvolvimento de práticas voltadas para a promoção da leitura e formação do leitor, além da instalação de estruturas, tecnologias e metodologias mídia-educativas. Objetivam desenvolver uma política pública de promoção da leitura e formação de leitores, numa perspectiva da convergência de mídias. A concepção de leitura que aí se imiscui não envolve unicamente textos literários, pois se fala em "leitura do Rádio, do Jornal, da TV, do Computador, entendendo o exercício da leitura e da produção textual como práticas que se dão dentro e fora da escola". Ou seja, é uma concepção mais alargada de leitura por envolver aquilo que se entende como leitura de mundo, nos termos de Paulo Freire (1988).

Um dos autores que têm marcado presença nesse debate é Martín-Barbero (2004a, 2004b)[4], quando atenta para os novos regimes de visualidade que a linguagem audiovisual possibilita. O autor, preocupado com questões culturais no contexto da América Latina, entende que o estudo da comunicação se coloca cada dia mais como uma tarefa de

envergadura antropológica. Ao constatar as mudanças nos protocolos de leitura, ele indica que estes não podem e nem devem

significar, a simples substituição de uma forma de ler por outra, e sim a complexa articulação de uma e outra, da leitura de textos na de hipertextos, da dupla inserção de uns em outros, com tudo o que isso implica de continuidades e rupturas, de reconfiguração da leitura como conjunto de muitas e diversas formas de navegar entre textos. Todas essas formas que estão exigindo a construção de cidadãos que saibam ler hoje tanto jornais como telejornais, *videogames*, *videoclipes* e hipertextos (p.345)

Ainda Martín-Barbero (2004a, 2004b) assevera a existência de certos descompassos traduzidos na não-contemporaneidade entre os produtos culturais que se consome e 'lugar', onde esses produtos são consumidos, olhados ou lidos pelas maiorias latino-americanas. Sendo assim, é importante analisar a articulação dos/as professores/as com as políticas curriculares direcionadas à incorporação das TICs em suas práticas, visando investigar os saberes docentes desenvolvidos na produção do currículo no cotidiano, bem como as facilidades e dificuldades percebidas para desenvolver essas práticas em suas respectivas escolas.

Entre textos e telas

As novas demandas requeridas pela ampliação das tecnologias da informação e comunicação têm mobilizado amplos debates internacionalmente. Lopes (2008), ao se apropriar da noção de recontextualização de Basil Bernstein (1996, 1998), propõe que pensemos as traduções e apropriações de discursos diversos a partir de um processo que a autora denomina como de recontextualização por hibridismo. O conceito de hibridismo é creditado aos estudos de Nestor García-Canciani (2006), autor que tem pensado as culturas latino-americanas com um enfoque filiado aos Estudos Culturais.

A proposta da recontextualização é adequada quando entendemos que as políticas curriculares e definições mais globais são diferentemente assimiladas localmente. Os textos oficiais não são aqui entendidos de forma tão fixa que não possibilite aos sujeitos implementá-las de acordo com seus contextos. Nesse processo as práticas podem ser retro-alimentadoras de novos textos e propostas mais amplas.

De acordo a leitura de Bernstein (1996, 1998), cada contexto é então visto por Lopes (2008) como potencialmente um campo recontextualizador pedagógico, levando em conta que os textos vão sendo transferidos e articulados. Ao tratar de campos, é importante assinalar que atualmente estes são cada vez mais móveis e mutáveis, já que não há como pensarmos um campo desconsiderando as relações de poder e as posições antagônicas ali envolvidas.

Ainda baseada na proposta de recontextualização de Bernstein, que foi um dos primeiros autores a contestar o Estadocentrismo, Lopes (2008) aborda a existência dos campos oficial e não-oficial. O campo recontextualizador oficial caracteriza-se por suas relações mais atreladas ao Estado, às agências financiadoras internacionais e outros Estados Nacionais. Envolve também os campos de produção (ligados à esfera econômica) e o campo de controle simbólico (mais voltado para a esfera cultural).

Por sua vez, o campo recontextualizador não-oficial envolve aquilo que estaria mais externo ao Estado, ou seja, a produção de teorias educacionais que embasam as práticas pedagógicas, partindo de formulações de pesquisadores na universidade, congressos e revistas especializadas. Cabe destacar que para Lopes (2008), este campo recontextualizador não-oficial irá produzir ecos tanto no Estado quanto na escola, concomitantemente.

Em consonância com os discursos oficiais que circulavam na esfera global na década de 1990, a Secretaria Municipal de Educação (SME/RJ) buscou afinar suas propostas com a “sociedade globalizada do conhecimento”. Em outubro de 1993, pensando numa perspectiva de educação pela, para e com a mídia, a Empresa Municipal de Multimeios da Prefeitura foi criada no intuito de desenvolver ações voltadas para a produção de mídias de qualidade, bem como sua apropriação por docentes e discentes da rede.

Frangella e Barreiros (2004a, 2004b), apoiadas nas teorizações de Ball (1997), ajudam a entender as produções da empresa Multirio como um mecanismo de ajustes secundários do contexto de produção no ciclo político, responsável por todo um trabalho que produz a identificação dos/as docentes com a proposta do Núcleo Curricular Básico Multieducação, que é até então o currículo que norteia a rede municipal do Rio de Janeiro. São recursos e discursos variados cujo emprego permite ratificar o caráter dinâmico do currículo, bem como a necessidade de sua constante ressignificação nos diferentes contextos. A qualidade inegável dos produtos oferece aos docentes uma gama de ofertas que podem construir e reconstruir as práticas docentes.

Já no documento original de 1996[5], as múltiplas linguagens eram colocadas como um dos Núcleos Conceituais da proposta Multieducação, levando em consideração que estas linguagens contemporâneas encetam novos tempos, espaços e identidades. Indaga-se sobre o papel da escola diante da pluralidade de formas de expressão, bem como a necessidade de que a escola “possa adequar a ação pedagógica à nova realidade tecnológica e cultural, criada pelo desenvolvimento dos meios de comunicação e de processamento de informação” (SME/RJ, 1996, p.132). Desse modo, fala-se que as instituições escolares são os únicos espaços onde a sociedade pode se comprometer com a democratização do acesso aos meios de informação e comunicação.

Embora já houvesse o reconhecimento de que as múltiplas linguagens são princípios que educam e que deveriam ser integrados de forma efetiva às ações pedagógicas, foi somente no fascículo de atualização da Multieducação, publicado dez anos depois do documento original, que a temática da *“Mídia e Educação”* foi aprofundada e explicitada.

A Secretaria de Educação acompanha o desenvolvimento dos estudos teóricos sobre educação e mídias, produzindo um documento com o que de mais atual se apresenta em termos de discussões e referências bibliográficas. A percepção da emergência de um novo paradigma educacional levou a Prefeitura do Rio de Janeiro a encorpar sua política curricular Multieducação com este fascículo[6]. No texto, se hibridizam os discursos advindos do campo recontextualizador oficial e do não-oficial, resultando na proposta que foi enviada para todas as escolas.

Pensando então a Empresa de Mídias da Prefeitura (Multirio), pertencente à Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, podemos entendê-la dentro do campo recontextualizador oficial, do mesmo modo como também se articula com o campo não-oficial, na medida em que os sujeitos que atuam na empresa são também membros da academia, atuam em cursos especializados e congressos da área da mídia e educação. Esses sujeitos atuam na concepção e implementação de materiais de capacitação docente, numa interlocução entre a esfera estatal mais ampla e o professorado envolvido com a prática pedagógica.

Uma série de outros recursos audiovisuais e impressos, voltados para a capacitação docente, foram sendo elaborados pela empresa. Esses recursos pautados na política curricular Multieducação exemplificam o que Lopes (2008) indica ao afirmar que “na recontextualização há sempre uma descontextualização” (p.28), na medida em que os textos originais podem passar por processos de simplificação, condensação e reelaboração, no intuito de se tornarem mais acessíveis a um maior público.

Os fascículos de atualização da Multieducação que versam sobre *“Sala de Leitura”* e *“Mídia e Educação”* foram publicados separadamente, embora as Salas ainda continuem ocupando uma posição “portas de entrada” do trabalho com a mídia na escola. Ambos foram elaborados a partir de reuniões do GT Mídia da SME, o Grupo de Trabalho que reuniu não só membros da SME, como também professores/as de Sala de Leitura, que se encontravam mensalmente para discutir as propostas. Dessas reuniões surgiram as propostas de atualização das duas temáticas.

As muitas visualidades nas práticas

Na pesquisa que venho desenvolvendo, minha atuação tem se dado em duas frentes distintas. Uma delas é o ambiente mais macro da Secretaria Municipal de Educação, em sua interface com o Departamento de Mídia e a Multirio, entendidas como contextos de produção

das políticas curriculares para o uso das TICs. A outra é a escola, espaço onde tais políticas são postas em prática, o que favorecerá a melhor compreensão de como essas esferas se articulam, dando origem ao currículo em ação.

Destacarei aqui algumas considerações de parte do trabalho de abordagem etnográfica que tenho desenvolvido em uma escola da rede municipal. Tenho feito uso de observações participantes, entrevistas semi-estruturadas, confecção de um caderno de campo e interação direta com os/as docentes, o que vem ocorrendo desde o ano passado, quando fui indicada pela Multirio para ir até lá por ser uma escola com docentes engajados/as em projetos organizados pela empresa. Um dos projetos em questão foi o *Programa Século XXI*, que destaca o trabalho de professores/as que elaboram atividades inovadoras com o uso de diferentes linguagens (vídeo, animação, fotografia, softwares educativos, impressos e convergência de mídias).

O *site* da Multirio produz todo ano uma *Mostra de Projetos* para ficarem expostos[8] e serem consultados por outros/as docentes. O *Programa Século XXI* é uma área do *site* que apresenta um banco de textos, dados e experiências escolares bem-sucedidas sobre temas da atualidade, organizado em formato de revista interativa, a partir de elementos do cotidiano dos/as adolescentes e educadores/as. O *site* tem quatro áreas principais, que apresentam além de textos, ilustrações, filmes de animação e sugestões pedagógicas com relatos de experiência. Na área “*Projetos*”, podem ser divulgados os trabalhos desenvolvidos em sala de aula. No dia 27 de agosto de 2008, foi realizada a 6ª edição da *Mostra de Projetos de Mídia*, com a seleção de 18 projetos para a Exposição Virtual no site do Programa.

Duas docentes dessa escola tiveram projetos selecionados para serem expostos na Mostra Virtual do *site* da Multirio. A partir daí, comecei meu trabalho buscando uma abordagem etnográfica para conhecer melhor o contexto em que os projetos estavam sendo desenvolvidos, além de acompanhar aqueles que estivessem por se desenvolver.

Na entrevista que fiz com a professora Denise, da Escola Amanhã[9], ela contou-me de como estava desenvolvendo um de seus projetos de Informática Educativa. Havia participado de cursos onde recebeu orientações para as atividades com o uso do computador. Os cursos, oferecidos pela Divisão de Mídia e Educação da SME, foram de grande valia para Denise desenvolver seus projetos, inclusive um que ela fez para trabalhar com uma aluna com paralisia cerebral.

Já os textos encontrados no *site* do *Programa Século XXI* da Multirio ajudaram a docente mais no sentido teórico do que prático. De acordo com a professora ao referir-se ao *site* da Multirio, na área reservada ao *Programa*:

Lá no “Século XXI” tem muitos textos. Eu fiz muitos textos também, mas lá com eles surgiu aquele respaldo teórico pra Idéia da fotografia e... cultura e foto... lá no Século XXI, tem textos e imagens que falam sobre esse assunto. Às vezes a gente faz uma atividade, e não sabe porque tá fazendo. Mas quando a gente faz aquilo sabendo que tem um respaldo teórico, que tá tudo certo... aqueles textos do Século XXI foram utilizados por mim pra isso. Aí eu utilizei muita coisa do Século XXI. Eu utilizei também outros textos que eu não cheguei a colocar no projeto, trabalhei muito com a outra turma que eu tinha.

Embora reconhecendo a qualidade dos textos produzidos pela Multirio, a professora contou-me que o que a estava ajudando eram os cursos, sobretudo aqueles que abordavam “coisas práticas” [...] “o que o professor quer ver”. Como não é todo o corpo docente que tem a possibilidade de participar dos cursos, Denise me indicou que

*a idéia é que a gente atue como **multiplicadores**, que em qualquer outro momento passe para os outros professores. Eu já passei pra alguns professores, eu e Juliana. Então a gente fez uma apresentação, passou pra alguns pais, para os pais dos alunos do apoio, foi assim uma... prestando contas, mostrando o que os filhos vem fazer na escola. E alguns professores foram convidados, mas não deu pra passar pra todos. (grifo meu)*

Já a professora Juliana, que desenvolveu o projeto para o Século XXI em parceria com Denise, descreveu suas experiências de quando trabalhava em uma escola sem Laboratórios de Informática, mas mesmo assim montou um *blog* com a turma, de modo que os discentes escreviam o conteúdo nas aulas e ela digitava no *blog* em sua casa. Fora da escola, em *lan- houses* ou outros locais, a turma tinha acesso virtualmente aos textos que estavam sendo produzidos na sala de aula.

Contar com um Laboratório ao lado da Sala de Leitura é, na opinião de Juliana, um grande ganho. A Escola Amanhã já contava com esse benefício e as duas docentes buscavam explorá-lo em suas práticas. Contudo, o hábito de ir ao Laboratório de Informática ainda é, na visão da professora, algo que provoca muito medo em grande parte do professorado. A palavra “medo” foi muitas vezes empregada pela professora na entrevista.

Diferentemente da Sala de Leitura, os Laboratórios de Informática não possuem um professor fixo, pois a Divisão de Mídia da SME entende todos/as os/as docentes precisam fazer uso do equipamento em suas aulas. Esse aspecto pode acabar sendo um empecilho ao uso do Laboratório, já que dependerá muito de como cada gestão irá administrar o tempo de ida dos/as docentes. Denise, mais antiga na escola, contou-me de quando o trabalho ainda estava começando e as dificuldades estavam em adequar a pouca quantidade de computadores ao tamanho da turma:

A nossa escola começou com uma sala de Informática pequena. Agora tá com um laboratório maior, que chama laboratório. Antigamente era sala de Informática. Tinha só cinco computadores, e assim, muito precário e tal. Mas desde aquela época eu já trazia os alunos pra ter esse contato com o computador, o trabalho era mais difícil, tinham menos computadores. E assim, teve uma época aqui na escola que a gente tinha horários, a diretora inteligentemente colocou horários pra todo mundo aqui na sala. Aí eu tinha que vir com a turma aqui, a gente trabalha com a turma toda.

Aos poucos a professora foi arrumando estratégias, como trabalhar em duplas ou em trios. Ela relata que no início a frustração era muito grande porque não conseguia realizar a atividade conforme planejava. Contudo, atualmente procura incentivar os/as colegas a não desistirem de usar os computadores, mas sim de adequar o tempo de aula ao material disponível. A proposta de que sejam multiplicadoras das orientações dos cursos nem sempre é possível, pois como indicaram as duas docentes, além de perceberem certa resistência por parte de alguns membros do grupo, muitas vezes o cotidiano escolar tem certas urgências mais graves a serem resolvidas nos Centros de Estudo, o momento ideal para que esse repasse ocorresse.

Links para outras escritas

Os diferentes regimes de visualidade que perpassam a formação do leitor contemporâneo têm suscitado questionamentos aos docentes, sobre como lidar com a pluralidade de textos e hipertextos. Um dilema que se coloca tem sido o desigual acesso ao universo digital, que se traduz em turmas de alunos/as que oscilam entre níveis diferenciados de oportunidades para utilizar essas novas tecnologias fora da escola.

Parte-se do pressuposto de que tanto os usos como os não-usos das tecnologias podem ser muito eloquentes, no sentido de que nos dizem coisas sobre o cotidiano escolar, os/as sujeitos ali imersos e as políticas educacionais que abordam as TICs. Ao assumirmos, com Martín-Barbero, os descompassos que envolvem a educação na América Latina, é tarefa de grande relevância entender como se dá a apropriação e/ou as resistências a estas tecnologias dentro do currículo escolar da rede municipal.

Na perspectiva da democratização do acesso aos recursos tecnológicos, os discursos oficiais reconhecem que a escola é um espaço privilegiado para que isto se dê, o que nos leva a entender, com Martín-Barbero (2004a), que para além do falso dilema de aceitar ou negar as tecnologias, a questão que se coloca é a de “efetuar um deslocamento que nos leve das tecnologias em si próprias a seus modos de acesso, de aquisição, de uso”. Ou seja, é a partir de dentro da escola, que podemos melhor compreender as estratégias dos/as docentes para lidar com as novas demandas do século XXI, dentro de contextos diferenciados que caracterizam uma rede municipal de ensino tão multifacetada, como a rede do Rio de Janeiro.

Referências Bibliográficas:

BALL, Stephen. *Education reform – a critical and post structural approach*. Philadelphia: Open University Press, 1997.
BERNSTEIN, Basil. *A estruturação do discurso pedagógico: classe, códigos e controle*. Petrópolis: Vozes, 1996.
_____. *Pedagogía, control simbólico e identidad*. Madri: Paideia/ Morata, 1998.

BUCKINGHAM, David. *Crescer na era das mídias eletrônicas*. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

FRANGELLA, R. C. P. ; BARREIROS, Débora Raquel Alves . *A Multirio como entre-lugar na construção do currículo de Ciências na Multieducação: a rede em cena*. In: XII Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino (ENDIPE), 2004, Curitiba. XII ENDIPE - Conhecimento local e conhecimento Universal. Curitiba: Editora Universitária Champagnat - PUC-PR, 2004. v. 1. p. 8336-8348.

_____. Nós na Escola: as imagens da diferença na Revista Nós da Escola. In: // *Seminário Interno PROPEd/UERJ- Educação e Imagem*, 2004, Rio de Janeiro: PROPEd - UERJ, 2004b.

FREIRE, Paulo. *A Importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam*. 22 ed. São Paulo: Cortez, 1988.

GARCÍA-CANCLINI, Néstor. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

LOPES, Alice Ribeiro Casimiro. *Políticas de integração curricular*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

_____. "Política de currículo: recontextualização e hibridismo". *Currículo sem Fronteiras*, jul.-dez. 2005, v.5, n.2, pp. 50-64 (disponível em <http://curriculosemfronteiras.org/artigos.htm>).

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

_____. *Ofício de cartógrafo: travessias latino-americanas da comunicação na cultura*. São Paulo: Edições Loyola, 2004a.

_____; REY, Germán. *Os exercícios do ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva*. 2.ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2004b.

RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Educação. *Núcleo Curricular Básico Multieducação*. Rio de Janeiro, 1996.

_____. Secretaria Municipal de Educação. *Multieducação temas em debate: Mídia e Educação*. Rio de Janeiro, 2006.

[1] As informações aqui contidas foram extraídas do site: <http://www.rio.rj.gov.br/sme/> (Acessado em 19/04/2009).

[2] Resolução n. 560, de 11/01/1996, mesmo ano da publicação do currículo oficial da rede, o Multieducação.

[3] Adoto a partir daqui a já convencional sigla que se reporta às Tecnologias de Informação e Comunicação.

[4] O autor é citado tanto no fascículo de atualização da Multieducação que versa sobre *Mídia e Educação* quanto no de *Sala de Leitura*.

[5] A organização curricular da Multieducação articula princípios educativos (*meio ambiente, trabalho, cultura e linguagem*) e núcleos conceituais (*identidade, tempo, espaço e transformação*). Esta é uma das marcas da proposta, que estabelece uma estrutura em que se

privilegia a produção de conhecimentos a partir da articulação entre estes princípios e conceitos.

[6] A proposta curricular Multieducação original foi recebendo outras atualizações além das aqui citadas sobre “Mídia e Educação” e “Salas de Leitura”. Essas duas integram a série “Temas em debate”, que também aborda assuntos como “Relações de Ensino”, “Educação Infantil”, “Refletindo sobre o Ciclo de Formação”, “Leitura e Escrita”, dentre outros. A outra série denomina-se “A Multieducação na sala de aula”, e diferentemente da outra que aponta aspectos mais teóricos, dedica-se a focar mais a prática pedagógica, a partir de exemplos do dia-a-dia.

[7] O livro *O mundo cabe na sala de aula* foi resultado de mais uma parceria entre a SME/RJ e a Multirio, que produziram esse material curricular elaborado a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a Educação Infantil e para o Ensino Fundamental.

[8] Site: <http://www.multirio.rj.gov.br/seculo21/>

[9] Por razões de ética da pesquisa, o nome da escola e o dos/as sujeitos citados/as será fictício.